

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010537-04.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **LUIS ANTONIO DOS SANTOS**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Luis Antonio dos Santos propôs a presente ação contra o réu Instituto Nacional do Seguro Social, com pedido de tutela antecipada para a restabelecimento do benefício de auxílio-doença acidentário a ele concedido ou conversão do mesmo em auxílio acidente ou aposentadoria por invalidez. Argumenta, em apertada síntese, que em 11/06/13 durante o exercício do mister fraturou o cotovelo e o punho esquerdos e passou a receber o benefício de auxílio doença. Ocorre que sem seu completo restabelecimento o instituto programou alta para 15/11/2014. Entende que não tem mais condições de exercer a função de operador de máquinas.

A tutela antecipada foi indeferida às folhas 52/53.

O réu, em contestação de folhas 65/81, requer a improcedência da ação, alegando que: a) o autor não demonstrou o grau de sua incapacidade, se é permanente e parcial, tampouco, demonstrou no caso de aposentadoria, a inviabilidade de sua recuperação; b) os pressupostos para a aposentadoria por invalidez são a incapacidade total e a impossibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência do segurado; c) é atributo exclusivo da Previdência a verificação do estado de incapacidade, através de perícia médica, cuida-se de munus atribuído por Lei Especial; d) as provas trazidas aos autos foram coletadas unilateralmente por meio de fisioterapeuta particular, portanto, não servem como prova da alegada incapacidade.

Réplica de folhas 88/91.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão saneadora de folhas 92/93, determinou a realização de prova pericial, tendo o autor apresentado seus quesitos às folhas 11 e o réu às folhas 80/81.

Laudo Pericial de folhas 116/120.

Certidão de folhas 129 noticiou a ausência de manifestação das partes sobre o laudo pericial.

Alegações finais do réu às folhas 134 e do autor às folhas 136/137.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, por entender completa a cognição nos moldes em que a controvérsia de estabilizou.

O autor teve concedido seu benefício acidentário em 27/06/2013, com cessação programada e concretizada pelo INSS em 15/11/2014.

Pretende, via deste procedimento, que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS mantenha o pagamento integral do benefício do auxílio-doença acidentário, e, na sequência conclua pela aposentadoria por invalidez acidentaria ou auxílio acidente.

O réu se limitou em alegar que o autor não comprovou se sua fragilidade é permanente e parcial, e no caso de aposentadoria não demonstrou a inviabilidade da recuperação.

....

O pedido é procedente para concessão do auxílio-acidente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Segundo o que dispõe o artigo 86, *caput*, da Lei 8.213/91, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei 9.528/97, *"o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia"*.

Segundo Marisa Ferreira dos Santos, *"na redação original da Lei n. 8.213/91, o auxílio-acidente era cobertura previdenciária concedida apenas quando se tratasse de acidente do trabalho, tal como definido na lei. Com as alterações introduzidas pelas Leis ns. 9.032/95 e 9.528/97, a cobertura previdenciária alcança **acidente de qualquer natureza, inclusive do trabalho** (grifo da autora)"* (Direito Previdenciário Esquemático, 2ª edição revista e atualizada, Editora Saraiva, 2012, pág. 283).

Mesmo que o acidente noticiado pelo autor não tivesse ocorrido durante o mister, ainda assim ele teria, como de fato tem, direito ao benefício do auxílio-acidente.

Segundo Fábio Zambitte Ibrahim, *"a concessão do auxílio-acidente depende da tríade: acidente de qualquer natureza (inclusive trabalho), produção de sequela definitiva e efetiva redução da capacidade laborativa em razão da sequela"* (Curso de Direito Previdenciário, 14ª edição, Editora Impetus, 2009)

O laudo pericial, concluiu que *"o autor sofreu fratura do membro superior esquerdo, aproximadamente no mês de julho de 2013. Não há comprovação nos autos de ter decorrido de acidente de trabalho (não há CAT), contudo o requerido reconhece tratar-se de acidente de trabalho (espécie 91 folha 33). Houve consolidação das lesões. A data da consolidação é a data da cessação do benefício (31/03/15 folha 76). Como sequela definitiva há redução da mobilidade do punho e cotovelo esquerdos. Não há incapacidade para sua função habitual, mas causa redução da capacidade laborativa. É necessário maior esforço para o mesmo resultado"* (confira folhas 119 – com destaques meus).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, entendo perfeitamente caracterizado o direito do autor ao benefício previsto no artigo 86 da Lei de Benefícios (8.213/91, alterada pela Lei nº 9.528/97), uma vez que a lesão encontra-se consolidada com a redução da mobilidade do punho e cotovelo esquerdos, reduzindo, por óbvio, sua capacidade para o trabalho que vinha exercendo habitualmente (operador de máquinas), o que não foi impugnado especificamente pelo réu em contestação.

Nos termos do § 2º, do artigo 86, da Lei 8.213, o auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua cumulação com qualquer aposentadoria.

Assim sendo, considerando-se que a cessação do benefício se deu em 31/03/2015 (**confira folhas 76 e 79**), o réu deverá implantar os pagamentos em favor do autor a partir de 1º/04/2015.

Por outro lado, inaplicável a Lei Federal nº 11.960/2009 na composição da verba condenatória, porquanto no julgamento das ADIs nº 4.357 e 4.425, que atacavam a EC nº 62/09, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade por arrastamento, do artigo 5º da Lei 11.960/2009 (Informativo de Jurisprudência nº 6998 do STF), que dava nova redação ao art. 1º-F, da Lei Federal nº 9.494/97.

O pretório excelso entendeu que a taxa básica de remuneração da poupança não mede a inflação acumulada do período e, portanto, não pode servir de parâmetro para a correção monetária a ser aplicada aos débitos da Fazenda Pública.

Assim sendo, a referida norma não pode mais produzir efeitos, sendo vedada sua utilização, seja para a correção monetária, seja para a incidência de juros moratórios nas condenações proferidas contra a Fazenda Pública.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em consequência, por não se tratar de débito tributário, de rigor a utilização da Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça Bandeirante para efeito de atualização monetária, cujo montante deverá ser acrescido de juros de mora de 0,5% ao mês, nos termos do artigo 1º-F da Lei nº 9.494, de 10/09/1997.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a implantar o benefício de auxílio-acidente ao autor, na forma do artigo 86, § 1º, da Lei 8.213/91, alterado pela Lei 9.528/97, devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio doença (quando ocorreu a alta médica mal concedida)

Deverá o réu pagar as parcelas atrasadas de uma só vez, atualizadas monetariamente a partir do momento em que se tornaram devidas, pela Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, e acrescidas de juros moratórios de 0,5% ao mês, nos termos do artigo 1º-F da Lei 9.494, de 10/09/1997.

Concedo a antecipação da tutela para determinar ao instituto réu a implementar o auxílio-acidente no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária a ser fixada.

Sucumbente, condeno o réu no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, até a data desta sentença, afastada a incidência nas vincendas, em razão do disposto na Súmula 111 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Para efeito de reexame necessário, observe-se o disposto no artigo 496, § 3º, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.I.C.

São Carlos, 24 de junho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**